

O PARTIDO SOCIALISTA NOS SEUS PRIMEIROS ANOS — DUAS ELEIÇÕES PERDIDAS —

por **Maciel Morais Santos**

Em quase todos os países europeus existiu uma relação directa entre industrialização, aumento da população operária e progressão dos partidos socialistas, que, em alguns casos, como os da Inglaterra e da Alemanha, não demoraram muito anos a fazer parte do governo. Parecia evidente, sobretudo à II Internacional, que, com o tempo, a identificação do proletariado industrial com o partido acabaria por ser completa e que o «modelo» alemão do S.P.D. se generalizaria, isto é, que votações maciças tornariam os partidos socialistas maioritários em todos os parlamentos.

Quando isso acontecesse, estariam reunidas as condições para tomar o poder e sem disparar um tiro, fazendo legalmente o que a Comuna em 1871 apenas esboçara. Este optimismo assentava na existência de, pelo menos, quatro grandes condições.

A) — Antes de mais, que a classe trabalhadora continuasse a ser a classe social mais numerosa. Como a produção capitalista se fazia ainda com uma baixa composição orgânica média do capital, o que quer dizer que empregava elevadas despesas de mão-de-obra por unidade de produto, era difícil prever que viessem tempos em que volumes iguais de investimento criassem cada vez menos postos de trabalho, ou, pior ainda,

que a diminuição do número de trabalhadores se pudesse dar, quer em termos absolutos quer relativos. De facto, os dirigentes socialistas sabiam-no em teoria, mas pensavam que antes de isso acontecer o rumo da História iria mudar.

B) — Também era preciso que a classe não tivesse divisões ideológicas e votasse exclusivamente no seu partido de classe. Contava-se que a votação residual nos partidos republicanos, liberais e outros da chamada “esquerda” parlamentar desaparecesse à medida que a sua auto-consciência se tornasse dominante. Mais, a evolução do capitalismo, ameaçando proletarizar vários outros grupos sociais, criaria aliados entre o pequeno campesinato, o pequeno comércio e os empregados do novo sector dos serviços. Na realidade, essa proletarização verificou-se, mas mais frequentemente foram as classes operárias a deixar-se arrastar pelos partidos ligados a esta pequena burguesia do que o contrário.

C) — Mesmo contando com a classe mais numerosa e totalmente disciplinada eleitoralmente, era necessária uma outra condição prévia, ou melhor, duas: os parlamentos deveriam reflectir as votações dos eleitores, e estes, por sua vez, representar a totalidade das forças sociais em presença. Por outras palavras, teria que haver o sufrágio universal e eleições livres de manipulações governamentais, quer nos recenseamentos, quer na contagem dos votos. Talvez seja desnecessário dizer que estas últimas condições não aconteciam quase em lado nenhum, mas o seu grau de interferência nos resultados finais era variável. Restrições e manipulações em pequena escala, poderiam não impedir o sentido geral do voto.

D) — Os aparelhos de estado teriam que ter nos parlamentos o verdadeiro órgão do poder. Ora, sendo estes as instituições políticas mais dominadas pelas burguesias comerciais e industriais, o parlamentarismo puro só existia nos países em que era completa a sua dominação sobre o estado. Em todos os outros, uma correlação de forças mais ou menos desfavorável em relação às outras classes dominantes tinha forçado essas burguesias a partilhar o poder ou mesmo a ter nele uma posição subalterna; aí o papel dos parlamentos era quase decorativo. Na própria Inglaterra, a força da aristocracia fundiária (que, no entanto, era a mais aburguesada da Europa) só se quebrou de vez quando das alterações constitucionais de 1911, ano em que a Câmara dos Lordes perdeu quase todas as suas prerrogativas.

A experiência mostrava, aliás, que os velhos poderes em parte nenhuma estavam dispostos a deixar-se desapossar pacificamente, e, se isto era assim com classes cuja influência social estava a decair, como as

nobrezas tradicionais, muitas dúvidas eram legítimas sobre se a burguesia, enquanto classe hegemónica, abdicaria desportivamente do seu lugar quando os partidos socialistas tivessem a maioria.

De qualquer modo, mesmo que não fosse para fazer a revolução, os socialistas consideravam vantajoso ter grandes representações parlamentares. Isso permitia questionar os governos, forçar a passagem de legislação operária favorável e impedir a desfavorável, intimidar o aparelho judicial, em suma, ter um grupo de pressão política. Dadas as circunstâncias quase sempre difíceis em que se davam os conflitos laborais, uma tal arma não se podia perder. Por exemplo, foi a insuficiência constatada pelos sindicatos na sua acção puramente “económica” que venceu o cepticismo das Trade-unions inglesas e as levou à formação do partido Trabalhista, que representava o paradigma do partido operário constitucional.

Para o caso português, e embora continue a ser difícil estabelecer relações seguras entre grupos sociais e atitudes eleitorais, não há dúvidas de que o partido socialista se criou na altura em que a classe operária começou a tornar-se mais numerosa e a manifestar-se. A evolução que teve a seguir afastou-se em parte da dos seus congéneres europeus, mas o contexto geral em que viveu foi semelhante. Este trabalho refere-se à situação histórica em que disputou as suas primeiras eleições na região com mais operários do país, o distrito do Porto. Tentará igualmente verificar a realidade destas condições gerais de acesso ao poder e quais as suas limitações na formação social portuguesa.

Capital e Operários no Distrito do Porto

Não há ainda certezas definitivas sobre o ritmo a que se implantaram as relações capitalistas em Portugal e se deu a industrialização¹. Nos finais de 1852, existiam 70 máquinas a vapor recenseadas, com a potência de 983 cavalos a vapor; em 1881, já haveria um total de 6972 cavalos a vapor a operar no país. A ser assim, e mesmo que ambas as fontes² pequem por defeito, a força motriz na indústria ter-se-ia

¹ Para uma síntese das várias perspectivas sobre o assunto, ver REIS, Jaime — “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio. Portugal, 1870-1913” in *O Atraso Económico Português — 1850-1930*, Lisboa, IN-CM.

² Para 1852, FREITAS, J. J. Rodrigues de — *Notice sur le Portugal*, Paris, 1867, pg. 72.

Para 1881, CASTRO, Armando de — *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*, Porto, Limiar, pg. 43.

multiplicado por sete, mas isso pouco diz, atendendo à fraqueza do ponto de partida. Um tal crescimento não corresponde ainda a um verdadeiro arranque, que segundo alguns só se verificou mais tarde.

Por outro lado, sabe-se que este tipo de indicadores, tomados isoladamente, não são fiáveis. Com eles, não se pode medir o desenvolvimento da subordinação formal às relações capitalistas, isto é, o facto de uma cada vez maior população se ver obrigada a vender, não mercadorias, mas a sua força de trabalho, ainda que continuando a produzir com as velhas tecnologias artesanais. Os inquéritos industriais do século XIX são quase omissos sobre esta população industrial que trabalhava fora das fábricas. Se considerarmos a maior indústria portuguesa da época, a algodoeira, e seguirmos o inquérito de 1881, visto ser o que excepcionalmente mais informações dá sobre a pequena indústria, poderemos apercebermo-nos do grau de subestimação que há nos outros Inquéritos e em muitas estatísticas. Para o distrito do Porto, o Inquérito contava 9 fábricas de fiação e tecelagem de algodão, empregando 1684 operários; mas, trabalhando nas suas casas e em pequenas oficinas, havia cerca de 10 000 teares manuais, a que correspondia o número aproximado de 30 000 pessoas, e isto só na cidade!³.

Até 1890, os censos portugueses não dão informações sobre as profissões. Quer o de 1864 quer o de 1878, apesar das suas boas intenções, não deixam pois saber que alterações se estavam a dar na repartição das actividades produtivas⁴. Contudo, mostram um forte crescimento demográfico no distrito do Porto, que era aliás onde já existia a mais elevada densidade média do país: 178 habitantes/km² em 1864, e 200 em 1878. E, se a densidade média subiu 12%, a população da cidade cresceu ainda mais: 22% em 14 anos⁵! Foi o mais elevado aumento urbano deste período, bastante superior ao da capital, que foi apenas de 14%.

Uma grande densidade populacional e a tendência para a urbanização são fenómenos que geralmente acompanham o crescimento industrial. Nesta fase da acumulação do capital, a existência de uma população densa e concentrada tornava-se uma condição ainda mais indispensável para a industrialização do que seria depois. Quase todos os ramos da

³ *Relatório apresentado ao Ex.^{mo} Sr. Governador Civil do Distrito do Porto Presidente da Comissão Districtal do Inquérito às Industrias Pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, 1881, pg. 216.

⁴ “Não pôde a repartição ainda d’ esta vez incluir.. no recenseamento a estatística... das profissões dos recenseados... Quem trata d’ estes importantes assumptos sociaes conhece a grande dificuldade de apurar com aproximada exactidão as profissões” — *Portugal.. Estatística de Portugal. Censo no 1.º de Janeiro de 1878*. Lisboa, 1881.

⁵ *Ibidem*.

produção dependiam mais do trabalho imediato que do acumulado, o que em termos de valor e numa economia capitalista, significava que gastavam mais em mão-de-obra do que em capital fixo e em matérias-primas. A mercadoria mais importante no processo produtivo era a força de trabalho.

Ora, no distrito do Porto estavam reunidas as condições para que esta mercadoria tivesse um preço bastante baixo. A desagregação de uma miríade de pequenas explorações agrícolas, as mais numerosas de uma região muito marcada pelo minifúndio, estava a levar quer à emigração, quer à proletarização ou à semi-proletarização (feita em tempo parcial ou de um dos membros apenas do agregado familiar). Deste modo, grande parte desta alta densidade populacional correspondia igualmente a uma alta densidade de vendedores de força de trabalho, o que equivalia a uma oferta excessiva desta mercadoria. Nas condições imperfeitas do mercado nacional, sem poder beneficiar da maior procura de outros mercados regionais deficitários, era dentro dos limites do distrito, e especialmente na cidade, que a concorrência entre todos estes trabalhadores se fazia sentir. Os baixíssimos níveis salariais que daí resultavam tornaram-se a principal causa do crescimento manufactureiro portuense. Um capital de baixa composição orgânica encontrava aqui ao melhor preço a mercadoria que mais comprava. Foi esta a grande “vantagem comparada” do distrito e que durou precisamente enquanto essa composição orgânica baixa pôde competir.

Os dados fornecidos pelo censo seguinte confirmam esta identificação entre densidade demográfica e densidade de proletarização. Em 1890, havia 546 262 habitantes no distrito, dos quais 183 983, ou seja, um terço, dependia da actividade industrial. Era o distrito com maior população industrial, quer em termos absolutos, quer relativos. Os efectivos da população industrial distrital na categoria de dependentes da indústria (activos e não-activos) correspondiam a 21% da população industrial portuguesa, enquanto o total da população do distrito representava apenas 12% dos portugueses do continente.

A Composição da Classe Operária

Mas de que indústria se tratava?

Em 1881, o inquérito do distrito calculava assim as proporções da mão-de-obra: 37 393 operários nas fábricas, 11 800 na pequena indústria da cidade, e 33 000 na pequena indústria dos concelhos fora da cidade. Se passarmos da primeira para a segunda categoria os cerca de 30 000

tecelões manuais, que o mesmo inquérito classifica como produção "*na máxima parte doméstica*", vê-se que 74 800 operários, isto é, 91% dos trabalhadores industriais, vendiam a sua força de trabalho fora das fábricas.

Em quase todos os ramos a população fabril se via desdobrada pelas oficinas e fabriquetas. Por exemplo, outra das grandes produções da cidade, a chapelaria, apenas contava duas fábricas merecendo tal nome dos relatores do Inquérito. *A Real e Imperial Chapelaria a Vapor e a Real Fábrica Social* juntas tinham 380 operários, mas no total do sector havia 871 trabalhadores; isto significa que mais de metade (56%) se ocupava nas pequenas oficinas de apropriagem e acabamentos. Na metalurgia do ferro, a mesma dispersão. Existiam 8 fundições, contando com 562 operários, ao lado de 179 serralharias, empregando 855 pessoas.

A julgar pela média, nesta categoria que o Inquérito chamava a pequena indústria, o mais habitual seria a pequena oficina de cerca de meia dúzia de operários.

Os relatores contaram 1874 estabelecimentos desta categoria, o que dá uma média de 6,29 trabalhadores por estabelecimento. Mas, para ficar com uma ideia mais precisa e até porque as classificações usadas foram por vezes demasiado abrangentes, incluindo por exemplo os pescadores na indústria e os barcos nas "oficinas", considerem-se apenas os ramos da pequena indústria que na cidade ocupavam mais de 300 pessoas (algodão excluído).

**Quadro 1 — Pequena indústria da cidade com mais de 300 operários
(têxtil algodeira excluída)
Fonte: Inquérito Industrial de 1881**

SECTORES	N.º de Operários	N.º de Estabelecimentos	Média de Operários por Estabelecimento	% de Mulheres e Menores
PADARIA	1 100	256	4,2	?
ALFAITARIA	1 265	61	20,7	65
CALÇADO	771	192	4	21
LUVAS	303	11	27,5	94
GUARDA-SÓIS	390	26	15	45
OURIVESARIA	1 144	231	4,9	30
PEDREIROS	677	18	37,6	14
CARPINTEIROS	700	197	3,5	36
MARCENEIROS	725	143	5	23
TIPOGRAFIA	355	33	10,7	19
SERRALHARIA	855	179	4,7	33
TOTAL	8 285	1 347	6,1	37

Nesta amostra, que representa 70% deste tipo de operários, a média por estabelecimento continua a ser de 6. No entanto, se se excluírem os pedreiros, que não são trabalhadores oficinais, e os dois ramos onde a percentagem de mulheres e menores ultrapassa a dos trabalhadores masculinos adultos (as alfaiatarias e os fabricantes de luvas), a média desce para 4,8.

Note-se ainda que estas classificações de “pequena” e “grande” indústria são pouco rigorosas nestas fontes. Muitas vezes, a simples pertença de um estabelecimento a determinado sector caracterizado pela dimensão fabril era bastanta para que nele fosse incluído, independentemente de ser de facto uma fábrica. Por exemplo, o sector da fundição englobava como uma das suas 8 fábricas a Fundação da Boa Viagem que tinha apenas 5 trabalhadores! Isto serve para nos lembrar que, a haver erros nestes números, o que deve estar subestimado é a proporção da pequena indústria, não da grande.

Este proletariado que trabalhava maioritariamente em pequenas empresas, muitas vezes ao lado do patrão, coexistia com um sector fabril em expansão, e não é fácil de caracterizar.

Os trabalhadores oficinais, pela sua dispersão, encontravam mais obstáculos em se organizar, mas também tinham geralmente uma formação profissional mais completa. Porém, não se pode pensar que todos os que trabalhavam nas oficinas eram “oficiais”, ou seja, que dominavam um ofício. Veja-se, por exemplo, o que o Inquérito dizia de uma oficina de fechaduras com 50 operários, em Ramalde.

O regimen do trabalho é hábil no sentido de reduzir o homem aquelle estado de embrutecimento que o torna apenas como um membro de uma machina. No fabrico, exclusivamente de fechaduras communs, a divisão do trabalho é levada à maxima perfeição. Horas a fio, dias, meses, annos, um homem passa a vida a dar um certo corte a um certo pedaço de chapa de ferro: depressa embrutece, tanto mais que não teve durante a aprendizagem nem sombra de educação intellectual⁶.

Em todo o caso, era mais provável encontrar o tipo aproximado do *artesão* nas oficinas que nas fábricas, e, nos primeiros tempos das associações operárias, os seus dirigentes recrutavam-se neste género de trabalhadores da pequena indústria (sapateiros, tipógrafos, serralheiros e

⁶ Relatório apresentado..., pg. 30.

até barbeiros). Os militantes mais activos do partido socialista também tinham estas características. Para o congresso do partido de 1880, por exemplo, os delegados vieram das seguintes profissões: 6 tecelões, 2 tipógrafos, 3 serralheiros, 1 ourives, 1 litógrafo, 1 pregueiro e 1 marceneiro⁷. Não encontramos nesta lista manipuladores de tabaco, fundidores, tecelões mecânicos ou cerâmicos, sectores que cada vez mais tinham grandes efectivos, mas apenas representantes de ofícios que se continuavam a fazer maioritariamente em pequenas empresas.

Contudo, não era a dispersão trazida pela estrutura empresarial que constituía o principal obstáculo para a organização da classe. Como viviam num mercado saturado pela oferta de trabalho barato, os homens não tinham meios para impedir a entrada de uma concorrência que agravava esse desequilíbrio — o trabalho feminino e infantil. Em 1881, no total do distrito, as mulheres e menores somavam 41 496, isto é, metade da mão-de-obra. Aproximadamente dez anos depois, o censo de 1890 contava na categoria “fêmeas” e “varões de menos de 20 anos” 56 425 pessoas, representando já 58% dos trabalhadores industriais. O emprego das mulheres e crianças tinha tido uma subida de 35,9%, mais do dobro do aumento percentual que tivera o total da população industrial (17,7%). Mesmo admitindo critérios diferentes para os cálculos entre as duas fontes, não pode haver dúvidas sobre o sentido da evolução, até porque parece haver uma estagnação da população masculina.

Quadro 2 — População industrial activa no distrito do Porto
Fonte: Inquérito industrial de 1881
Censo de 1890

ANOS	(A) Total de Homens	(B) Total de Mulheres e Menores	(A+B) Total de Operários	Índice do Total de Operários	Índice do Total de Mulheres Menores
1881	40.697	41.496	82.193	100	100
1890	40.380	56.425	96.805	118	136

Usando os dados de 1890, que são os primeiros a permitir comparações espaciais de estruturas produtivas, vê-se que no distrito do Porto o emprego de trabalhadores femininos e infantis na indústria era consideravelmente superior à média nacional e à do segundo mais industrializado, o de Lisboa — 58% contra 48 e 34%, respectivamente. A composição de valor do capital levava a não ser acidental que

⁷ *O Operário*, Porto, n.º 24, 7/11/1880.

o distrito com mais indústria fosse precisamente o que em maiores quantidades empregava a mão-de-obra mais barata.

Este fenómeno era, por razões fáceis de compreender, mais sentido nas fábricas que nas oficinas. Estas últimas nem sempre exigiam grandes habilitações — veja-se o exemplo citado acima da oficina de fechaduras — mas as fábricas, com a mecanização, podiam admitir os trabalhadores de menores aptidões musculares. Para o total da pequena indústria urbana (excluindo a têxtil algodoeira), a percentagem do trabalho de mulheres e menores não ia além de 33%. No sector fabril mais representativo chegava aos 55%! Em quatro dos oito ramos mais numerosos, mais de metade do pessoal eram mulheres e menores, e, em seis deles, mais de um terço.

Quadro 3 — Percentagem de Mulheres e Menores no sector fabril com mais de 300 operários

Fonte: Inquérito Industrial de 1881 pg. 414-15

Fundição - 24%	Lanifícios - 54%
Cerâmica - 33%	Tabacos - 56%
Seda - 39%	Algodão - 72% (*)
Chapéus - 48%	Calçado (sapatos de trança) - 82%

* Refere-se apenas a 8 das 9 fábricas discriminadas pelo Inquérito.

Um proletariado disperso, ganhando salários muito baixos e formado por uma maioria de mulheres e menores, não podia favorecer a implantação de um partido operário forte, independentemente de haver sufrágio universal ou não. Mas o que não se pode questionar é que, no distrito e sobretudo na cidade, o operariado era cada vez mais a classe mais numerosa. Em 1881, numa cidade que tinha 105 838 habitantes, 37 377 - 35% - viviam do trabalho na indústria. Note-se que estes 35% não são os dependentes da indústria, mas apenas a população activa industrial. Em 1890, e agora com 138 860 habitantes, o Porto tinha 58 874 a dependerem dos rendimentos industriais - 42% do total.

Sem dúvida impressionados com a realidade que encontraram, os relatores do Inquérito de 1881 já tinham escrito: *“Perante estes numeros, fiamo-nos em que, pelo menos com relação a este districto, não se repetirá mais a expressão tão corrente de que a indústria é uma phantasia entre nós;... É de quasi um quinto a população industrial do districto; mas a relação é muito maior, é de UM TERÇO no Porto, — cidade que, por isso, merece, o nome de fabril”*⁸.

⁸ Relatório apresentado, pg. 416. Para a população, ver os censos de 1878 e 1890. Portugal. Estatística de Portugal...

De facto, não era por falta de operários no Porto que o partido socialista não crescia.

Partidos e Eleitorados em 1878

O partido socialista formou-se em 1875, pouco depois da primeira grande agitação laboral de 1872/73. Acompanhando a fase de alta de um ciclo industrial, tinham-se formado associações operárias com uma dimensão inédita, e houve até um surto importante de greves em Lisboa e no Porto. Tudo desapareceu rapidamente. Um ano depois de as Fraternidades Operárias terem filiado quase 3 000 membros⁹, já só tinham 300; o número de greves feitas em 1872 só seria ultrapassado em 1895¹⁰!

Pelo menos para os anos finais da década, este declínio pode em parte ser explicado pela conjuntura industrial que se seguiu à crise de 1876. Os primeiros anos da vida do partido aconteceram num período de estagnação do ciclo industrial e comercial, e não foi por acaso que os dois partidos mais radicais do espectro político do século surgiram na mesma altura (os republicanos constituíram-se em partido em 1876)¹¹.

Nestes anos, a recomposição política das classes dominantes é mais difícil de estabelecer. A alta burguesia ligada ao sector agro-exportador e a média burguesia industrial tinham certamente interesses diferentes, e muitas vezes opostos, que se manifestaram ao longo da segunda metade do século. Mas o que não tinham era partidos diferenciados, ou melhor, não tinham *sempre* os mesmos partidos diferenciados. É verdade que o partido governamental por excelência, o regenerador, parecia mais apto a representar a alta finança e a grande propriedade, e que o partido progressista (e os partidos dos quais ele saiu) se associavam habitualmente à burguesia manufactureira e à classe média marginalizada pelo orçamento de estado.

Contudo, os partidos políticos eram grupos fluidos de notáveis, sem programa definido. A sua função era canalizar para as vias constitucionais os diversos grupos de pressão que iam surgindo dentro da média e da alta

⁹ MÓNICA, M. Filomena — *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa, INCM, pg. 47.

¹⁰ FONSECA, Carlos da — *História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*, Vol. IV, Publ. Europa-América, pg. 61.

¹¹ J. Reis apresenta nas suas duas séries ponderadas da produção industrial portuguesa o ano de 1876 como de crise, e o período 1877-80 como de estagnação — *op. cit.*, pg. 161.

burguesia. Assim, o seu pessoal político tinha um recrutamento e um modo de funcionar largamente autonomizado destes interesses, a quem iam servindo de caixa de ressonância¹².

Nesta conjuntura de 1878-80, o capital industrial identificou-se realmente com os progressistas, mas isso não impediu que em outras alturas se apoiasse nos regeneradores. Os seus objectivos de sempre, as pautas proteccionistas, foram-lhe prometidos sucessivamente por ambos os partidos rotativos. Isto porque, quando uma das fracções da média ou da alta burguesia apresentava uma reivindicação, os partidos constitucionais não tinham nenhum impedimento ideológico ou programático que os impossibilitasse de disputar entre si quem mais credivelmente a poderia satisfazer. O que verdadeiramente os distinguiu era que raramente estavam em circunstâncias igualmente favoráveis para isso. O facto de ser ou não governo e estar já comprometido com outras políticas, de ter dívidas eleitorais a respeitar e, claro, a influência das personalidades, podiam impedir que conjunturalmente determinados sectores das “forças vivas” se vissem integralmente satisfeitos. Mas as grandes clivagens definitivas eram raras; cada um dos partidos reflectia, melhor ou pior, nas suas políticas, o equilíbrio entre as várias fracções e a hegemonia de umas sobre as outras, tal como acontecia na sociedade civil. O equilíbrio exigia apenas que o partido do governo fizesse concessões avulsas aqui e ali aos interesses mais desfavorecidos, sob pena de os alienar definitivamente. O papel subalterno da burguesia industrial relativamente à alta finança e à grande propriedade não a deixava ter acesso a muito mais do que favores esporádicos e compatíveis com os mais solidamente representados, mas havia já um mínimo a que se achava com força para reclamar. Diga-se, contudo, em abono do tacto político dos dirigentes monárquicos, que nenhum dos seus partidos perdeu de forma irremediável essa plasticidade que os tornava capazes de chamar a si todos os *lobbies*, mesmo depois de os ter desapontado parcialmente. As grandes associações comerciais, agrícolas e industriais mantiveram-se firmemente monárquicas até 1910, aproveitando alternadamente todos os partidos dinásticos, franquismo incluído.

Os partidos rotativos, como o nome indica, estavam alternadamente no governo e na oposição. Ora, a sua função social de consolidar os ramos divididos do capital era mais visível nos tempos governamentais que oposicionistas. Enquanto no poder, sentiam mais a pressão para encontrar

¹² A “imponderabilidade” social das elites políticas da 2.ª metade do século XIX foi posta em evidência por SOBRAL, J. M. e ALMEIDA, P. T. de — “Caciquismo e poder político: Reflexões em torno das eleições de 1901” in *Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982.

um equilíbrio entre as fracções que respeitasse a hierarquia de importâncias; enquanto oposição, estavam livres de responsabilidades. Podiam fazer suas certas exigências de interesses não dominantes, para as quais não teriam margem de manobra se estivessem no ministério. Sendo a burguesia manufactureira uma dessas fracções não-hegemónicas, os partidos da oposição tornavam-se frequentemente os seus porta-vozes. O partido que mais tempo estava fora do poder era o progressista — “*em vinte anos não governarão nem dois sequer*”, escreveu Lopes de Oliveira, somando na conta destes fracassos os dos partidos de que o progressista era o herdeiro¹³. Este facto fê-lo criar uma clientela de oposição, recrutada em grande parte nesta classe média.

No entanto, tudo era reversível nas políticas e nas retóricas, e a prova está na facilidade com que essas clientelas circulavam entre os partidos. No Porto, por exemplo, onde o órgão progressista na imprensa diária — *O Primeiro de Janeiro* — estava habituado a fazer “*política anti-monarchica*”, para ser lido pela burguesia radical, o partido regenerador (o “partido do rei”) conseguiu ir mais longe, num dos seus momentos de oposição, e criou o protótipo do jornal populista, *O Jornal de Notícias*. As diferenças entre estes partidos não eram, pois, de essência sociológica, mas sobretudo de condições de funcionamento.

Note-se que falar nesta contingência que reinava na articulação entre partidos e secções da burguesia não obriga a fazer juízos sobre a venalidade ou a inconstância dos políticos de carreira, “*todos o mesmo*”, que diziam umas coisas no parlamento e nos jornais quando na oposição e outras quando eram ministros. Tem a ver é com a fragilidade do capitalismo português e a sua necessidade de usar o aparelho de estado para contrariar o atraso histórico. A divisão mundial do trabalho era-lhe tão desfavorável em qualquer dos campos — comercial, agrícola ou industrial — que só mercados artificiais, conseguidos com pautas e tratados bilaterais, lhe poderiam dar segurança para o crescimento e até, nalguns casos, a sobrevivência. Apenas o Estado poderia conseguir essas condições e simultaneamente ser um multiplicador de investimentos, através dos empréstimos e das obras públicas. Os diversos interesses centrífugos-agrários e industriais, monopolistas e anti-monopolistas — passavam sempre pela intervenção pública. Mesmo o debate ideológico mais famoso, que era o dilema livre-câmbio versus protecção, não passava de uma falsa questão, pois não havia livre-cambistas puros em lado nenhum. Na prática, o que todos queriam era que os custos dos

¹³ OLIVEIRA, Lopes de — *História da República Portuguesa*. Lisboa, Ed. Inquerito, pg. 45.

privilégios conseguidos politicamente, fora do mercado, fossem remetidos pelo Estado para os outros: os livres-cambistas da agricultura eram protecționistas na indústria, e vice-versa. Para isso, a participação no poder, mesmo parcial, era preferível à sujeição ao puro mercado concorrencial. Todos os grupos de pressão estavam dispostos a amalgamarem-se desde que fosse dentro do poder, e os partidos conheciam a sua missão de síntese. A imagem negra que Oliveira Martins traçou do partido que mais tempo estava no governo — “*hostes, ou bandos, ou clientelas enfeixadas pela arte do snr. Fontes*”¹⁴ — só injustamente se podia restringir aos regeneradores. E todos sabiam também que, mesmo quando estavam mais disponíveis para a demagogia, nos seus picos de oposição, havia terrenos que não convinha pisar.

*“Na sessão de Camara... de 4 do corrente, produziu-se um incidente tumultuario, provocado por uma palavra, sempre perigosa, e agora insensata proferida pelo snr. presidente do conselho... o snr. Fontes, o ministro restaurado pelo conluio palaciano... e favorito d’el-rei, disse na Câmara dos senhores deputados que tinha por si o apoio da maioria, que esta representava a opinião do paiz, que se manteria no poder em quanto esse apoio lhe não faltasse, e que quem não quisesse conformar-se com esta regra fizesse lá fora a Revolução. Palavra imprudentissima...”*¹⁵.

A Indústria e a Crise

Em 1878, quando se sentia um certo pessimismo nos meios industriais, o partido regenerador não deixou de perceber que teria de lançar algum lastro aos interesses manufactureiros. Tentou antecipar-se, e distribuiu questionários aos industriais para uma futura reforma pautal. No Porto, realizaram-se algumas reuniões e formou-se uma comissão presidida pelos representantes de dois dos maiores sectores, o têxtil e o da metalurgia¹⁶. No entanto, este expediente do questionário, usado quando os governos queriam criar expectativas junto dos industriais, já

¹⁴ OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — “Os Partidos Políticos” in *A Província*, Vol. IV, 1959, citado por ALMEIDA, P. T. de — *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1840)*, Lisboa, Difel pg. 171.

¹⁵ *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 6/4/1879.

¹⁶ *Ibidem*, 13/7/1878 e 25/8/1878.

não dava muitos resultados por estes anos. Quando do Inquérito de 1881, a Comissão central directora registou este depoimento de um industrial de serralharia de Lisboa:

O snr. presidente: — Recebeu o questionario?

Depoente: — Recebi o questionario e resolvi de principio não só não responder a elle como também não vir aqui; desculpe-se-me esta franqueza.

A rasão por que assim tencionava proceder era pela descrença que nós os industriaes temos ha muito em todas estas cousas, por não confirmarmos em sermos attendidos.

O snr. presidente: A culpa é dos senhores mesmos. A descrença nasce de cada um se retrahir e julgarem todos que não se faz nada(...)

D. — Sabe v. ex.^a de que procede a nossa descrença? Procede do que temos presenciado differentes vezes. Não me queixo d'este nem d'aquelle governo, queixo-me de todos quantos têm estado à testa da governação publica; só se lembram das classes industriais quando têm que lhes lançar contribuições¹⁷.

Acrescia ainda que os regeneradores estavam no poder há oito anos e que não era fácil a esta média burguesia esquecer as suas responsabilidades no colapso financeiro de 1876. O aumento da dívida pública e a especulação, dizia Rodrigues de Freitas citando o próprio Fontes Pereira de Melo:

Absorvendo uma grande parte do capital disponível no nosso mercado, e afastando-o do commercio e da industria, inutilisa duplicadamente um poderoso instrumento do progresso, não só porque desvia do mais util emprego... como porque faz elevar o preço do dinheiro para todas as applicações...¹⁸

A maior parte do capital industrial auto-financiava-se, até porque a sua baixa composição orgânica não exigia uma grande concentração de investimentos. É verdade que as altas taxas de juro e a escassez do crédito,

¹⁷ Comissão Central Directora do Inquérito Industrial. *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Primeira parte. Depoimentos*. Lisboa, 1881, pg. 7.

¹⁸ FREITAS, J. J. Rodrigues de — *Crise monetária e política de 1876 — Causas e remédios*. Porto, Livraria Moré, 1876.

provocados pela agiotagem e pelos empréstimos públicos, não deixavam de ser uma barreira à sua expansão, mas o facto de não estar ligado à banca isolou-o das falências em cadeia desse ano. Por outro lado, uma coisa são investimentos bancários — que realmente não havia na indústria — e outra é o crédito a curto prazo, os descontos de letras, etc. O decreto de 18 de Agosto desse ano, que no auge do pânico suspendeu os pagamentos, deve ter desmantelado essa rede de créditos pessoais entre comerciantes e industriais sobre que assentava em parte a produção. “Feito nas melhores intenções, aconselhado na hora do terror, o decreto era um grande revolucionário...” lamentava-se o ideólogo desta burguesia que não especulava. Não admira que a circulação nos bancos do Porto tivesse descido 800 contos de réis e “os depósitos em conta corrente, 1500”¹⁹.

De qualquer modo e a julgar pelas estatísticas da mais importante das indústrias, a algodoeira, a situação depressa se deve ter recomposto, porque esta crise não provocou nenhuns efeitos sensíveis. E note-se que o pessimismo de Rodrigues de Freitas era pela “*crise monetaria que pode vir a ser mercantil e industrial*” — “pode vir a ser” indica que na altura não o foi²⁰.

Quadro 4 — Importações de algodão em rama
Fonte: Ministério da Fazenda. Comércio do Continente

ANOS	QUINTAIS
1866	13.221
1867	13.731
1868	14.061
1869	16.098
1870	15.953
1871	19.498
1872	19.608
1873	19.689
1874	16.404
1875	20.829
1876	20.414
1877	26.813
1878	24.296
1879	27.563
1880	33.845

¹⁹ Idem, *ibidem*.

²⁰ Idem, *ibidem*.

Nas importações de algodão, há uma tendência linear para a alta desde os finais da guerra civil americana. Se o ano base for 1866, verifica-se que em 15 anos o consumo de algodão aumentou 2,5 vezes e unicamente em dois anos — 1874 e 1878 —, houve interrupções significativas (embora inferiores a quebras de 20% relativamente ao ano anterior). Vendo as médias quinquenais, ressalta ainda mais este fenómeno:

Quadro 5 — Médias quinquenais da importação de algodão

ANOS	MÉDIA QUINQUENAL (QUINTAIS)	ÍNDICE
1866-1870	14.613	100
1871-1875	19.206	131
1876-1880	26.586	182

Por aqui se vê que, quer o ano de 76, quer os seguintes, nos quais se deveria fazer sentir a recessão, estão em plena expansão, e que a média do último quinquénio esteve perto de duplicar a inicial.

Contudo, mais do que aos problemas do crédito, os industriais eram sensíveis às flutuações dos preços das matérias-primas e à procura interna, sobretudo antes da abertura do mercado colonial na década de 90. Ora, os preços do algodão evoluíram de forma praticamente inversa à do volume das importações e é impossível não pensar que houve uma correlação inversa entre ambos. As suas médias quinquenais ilustram bem a tendência para a baixa; também não é aqui que se podem encontrar explicações para recessões.

Quadro 6 — Médias quinquenais do preço médio do algodão

ANOS	MÉDIA QUINQUENAL DO PREÇO MÉDIO POR KG	ÍNDICE
1866-1870	\$410	100
1871-1875	\$282	69
1876-1880	\$246	60

Nos últimos cinco anos, em que a média foi quase metade da dos finais da década de 1860, o preço mais alto foi em 1879 - \$263 —, mas superior apenas em 7% à média quinquenal. Só forçando muito se poderia dizer deste ano, comparando com os 13 anos anteriores que o algodão estava caro, mas aparentemente foi assim que patrões e operários o sentiram nesse ano.

Já sobre uma diminuição do consumo dos tecidos de algodão, é mais fácil aceitar que as más colheitas agrícolas desta década, depois de 1876, tenham influenciado negativamente²¹.

Em todo o caso para o jornal socialista *O Operário* não havia dúvidas de que se dera mesmo uma sobreprodução em 1879.

Todos sabem que até agora o algodão tem estado tanto quanto tem sido possível de barato, conservando-se as fazendas sempre com o mesmo preço que tinham quando o algodão era caro; hoje que o algodão subiu a preço mais elevado, os indivíduos (os comerciantes) não compram as fazendas toda a vez que não seja pelo preço antigo; isto me afirmou pessoa de todo o credito; que hão de fazer os industriaes? abaixam os salarios, porque não querem perder, e d' este modo quem fica soffrendo são os operarios²².

O que se passou no verão de 1879 é um bom exemplo do tipo de equilíbrio com que funcionava o mercado de trabalho, mesmo num ciclo de reprodução alargada do capital. Como se viu atrás, a dependência do capital em relação aos salários baixos — em resultado da sua composição orgânica baixa — era estrutural e, portanto, ainda mais forte que em relação ao algodão barato. Ora, apesar do crescimento da indústria nos quinze anos entre 1866 e 1880, a oferta de trabalhadores conseguiu sempre acompanhar a procura alargada; só para o início dos anos 70 existem indícios de melhorias salariais e percebe-se que a agitação laboral de 1872/73 tenha tentado tirar partido desta oscilação dos preços a favor da mão-de-obra. Mas o peso do exército de reserva não precisou de muito tempo para corrigir a anomalia. Alguns indicadores permitem ter uma ordem de grandeza mais concreta.

Segundo o Inquérito parlamentar sobre a Emigração de 1873, terá havido no distrito do Porto uma tendência para a alta dos salários entre 1862 e 1871.

²¹ JUSTINO, David — *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Vol. II, Lisboa, Vega, pg. 89-90.

²² *O Operário*, n.º 8, 13/7/1879.

Quadro 7 — Salários dos artífices no distrito do Porto

Fonte: Inquérito Parlamentar para a Emigração, citado por Cabral, M. Vilaverde — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, 2.^a ed. pg. 249

SALÁRIOS DOS ARTÍFICES	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870	1871
Máximo	300	300	320	340	360	360	360	360	360	380
Mínimo	160	160	160	180	200	200	200	180	180	200

Após uma subida inicial os salários estagnaram na 2.^a metade da década de 60 e só voltaram a alterar-se positivamente no princípio dos anos 70. De acordo com a imprensa operária houve então novas concessões importantes, coincidindo com os anos da F.O.. Note-se que estes salários não são necessariamente de tecelões, mas qualquer média salarial de “artífices” relativa ao distrito do Porto tinha de reflectir de perto a realidade do seu elevadíssimo número - segundo o Inquérito Industrial de 1881, e excluindo a pequena indústria fora da cidade, constituíam quase 64% do total de operários. Se os consideramos então como representativos da evolução que os salários dos tecelões tiveram, podem comparar-se com os dados do Inquérito publicado dez anos depois.

Em 1871, portanto antes dos aumentos dos anos de 1872/73, o salário máximo era de \$380 e o mínimo de \$200. Vejamos agora o que diz o Inquérito de 1881 sobre os tecelões: os das três fábricas de que temos informação ganhavam entre uma média máxima de \$383 e uma mínima de \$258. Comparando 1871 e 1881, observa-se que o salário máximo é praticamente o mesmo, e que o mínimo subiu, mas menos de um terço. E a comparação não inclui os tecelões manuais, cuja *média* estava abaixo desta estimativa do salário mínimo das fábricas²³! Se então optimisticamente aceitarmos que o nível salarial de 1871 e 1881 era idêntico (porque pode mesmo ter baixado), isto significa que os aumentos salariais que devem ter acompanhado a conjuntura de expansão do início dos anos 70 desapareceram na segunda metade desta década.

Em poucos anos se foi restabelecendo o equilíbrio baixo, e a crise de 79 deve ter sido apenas o episódio final na descida gradual dos salários. Não foi só desta vez; todos os momentos de sobreprodução da têxtil, começavam a ser “resolvidos” pelos industriais por reduções salariais, eliminando os resíduos que o nível salarial pré-crise tinha deixado subir acima do nível de subsistência.

²³ *Relatório apresentado...*, pg. 190-191 e 217. O Inquérito calcula \$250 diários para a *família* dos tecelões manuais. No que respeita aos salários das fábricas, o texto do Inquérito dá informações inconclusivas (ver pg. 196). O cálculo das médias dos salários foi feito a partir do mapa da pg. 190-91.

Os tecelões que constituem a maior e mais desgraçada de todas as classes do Porto, tendo conseguido de 72 para 73 que os industriaes lhes aumentassem nos salarios alguns reaes; julgaram-se para sempre felizes, abandonando desde logo, quasi unanimemente a associação(...) Assim, visando só às conveniencias individuaes e momentaneas, quando n'um periodo de desenvolvimento da industria era possivel conseguir-se a realização de melhoramentos importantes para a classe... voltaram-se loucamente a ensinar mulheres e homens, que abandonavam outros officios aos centenaes, e que os industriaes admittiam ao trabalho, satisfeitos... Não se pode contestar o direito que todos teem ao trabalho em todos os officios; mas aquillo causou desagradavel impressão aos de mais prudencia, por se prever que haveria em resultado a producção em grande abundancia... sem vantagem alguma para os produtores, e mais tarde, ao primeiro embate da crise, o desemprego... Elle ahi está²⁴.

A baixa dos salários pode ser seguida desde 1876. Data de Novembro desse ano um artigo do mesmo autor descrevendo o enfraquecimento da posição negocial dos tecelões e dando já como causa o afluxo da mão-de-obra barata. O aumento da exploração fez-se não só reduzindo os salários como aumentando a duração e a intensidade do trabalho — “*exige-se-lhes além disso mais perfeição na execução das obras, impõe-se-lhes regulamentos oppressores, são constantemente vexados nas officinas, e despedidos por capricho ou à menor falta²⁵*”.

Estas considerações, paradoxalmente, servem para minimizar o alcance deste estrangulamento do consumo em 1879. O desemprego resultante não foi mais do que o regresso completo dos salários ao seu estado de “equilíbrio natural” e a reposição da taxa de mais-valia anterior, só que desta vez extraída à escala de uma produção que entretanto tinha duplicado. Como efeitos secundários, poderá ter arrastado, dada a dimensão da algodoeira, outros sectores (e outros salários) à recessão. E, aos industriais, pode também ter feito sentir mais urgentemente a velha questão das pautas e das alterações políticas a fazer para lá chegar.

²⁴ SILVA, Manoel José da — “Duas palavras sobre a crise dos tecelões”, in *O Operário*, n.º 6, 29/6/1879.

²⁵ SILVA, Manoel José da — *O Protesto*, Lisboa, n.º 65, Novembro de 1876.

A Indústria e as Eleições

O descontentamento da burguesia industrial teve consequências eleitorais. Identificando os regeneradores com a agiotagem e o livre-cambismo, os progressistas foram os seus escolhidos para expressar o protesto. As eleições municipais de Agosto de 1878 já não deixavam grandes incertezas: a lista progressista venceu no Porto com quase 3000 votos de diferença. O facto causou um grande abalo político, pois sabe-se como eram raras as ocasiões em que o governo perdia as eleições que organizava, e foi logo interpretado como um sinal de mudança.

*O partido progressista, — prometeu o futuro deputado Mariano de Carvalho, espera vencer mas para na capital se fazer isso, foi preciso que o Porto fizesse o que fez... hoje todo o reino bendiz os portuenses...*²⁶.

Nessa campanha eleitoral de 1878, como na do ano seguinte, tornou-se muito claro o “efeito de oposição”, referido acima, nas atitudes do partido progressista. A sua adesão às reivindicações e aos valores da classe média fazia-o apresentar-se com o projecto, sempre de belo efeito na burguesia portuense, da luta contra o parasitismo burocrático da capital, e, claro, pelas pautas.

*Na capital a imprensa regeneradora é mais numerosa que a imprensa progressista mas nas provincias succede exactamente o contrario... isto tem uma explicação facil, e que serve para indicar de que lado está a verdadeira força popular. Em Lisboa predomina a classe dos funcionarios publicos, e na provincia predomina a classe dos contribuintes. Os primeiros são geralmente hostis a todos os governos de economia*²⁷.

A chave da vitória no Porto era o voto destes “contribuintes” da indústria, e ambos os partidos o sabiam. Para as eleições de Outubro de 78 apresentaram os seus candidatos mais fortes no círculo oriental, onde se concentravam precisamente a maior parte da tecelagem manual e a maioria das grandes fábricas.

²⁶ *O Primeiro de Janeiro*, 13/8/1878.

²⁷ *O Primeiro de Janeiro*, 23/9/1879.

*Na freguezia do Bomfim ha ruas e ruas em que cada casa é uma officina; na de Campanhã succede outro tanto; em Paranhos e Santo Ildefonso ainda os tecelões contam por muito e esta area da tecelagem no bairro oriental prolonga-se para fora das raias do concelho, indo internar-se no concelho limitrophe de Gondomar, especialmente na freguezia de Rio Tinto*²⁸.

Para se opor a Mariano de Carvalho, o mais célebre jornalista do partido progressista, o partido regenerador teve que colocar nada menos que um industrial, Joaquim António Gonçalves. A escolha deve ter dado um certo efeito, pois, embora não impedindo Mariano de ser eleito, a sua margem de vitória foi a mais baixa de todos os eleitos progressistas do Porto: apenas 234 votos. Mas a vantagem de Mariano assentou nas assembleias de voto das zonas mais industriais — Padrão, Montebelo e Bonfim (nesta última ficavam duas das maiores fábricas do país — a C.^a de Fiação Portuense e a C.^a de Fiação e Tecidos do Porto); aí conseguiu 883 votos contra 565 do candidato regenerador. Nos três círculos da cidade, as listas progressistas venceram por 2308 de diferença (62% dos votos expressos)²⁹. Esta vitória no Porto (e desta vez também em Lisboa) não evitou que os regeneradores mantivessem a maioria a nível nacional, mas levou à queda do governo de Fontes, a 31 de Maio de 1879. O conhecido mecanismo do poder levou o partido progressista a formar ministério e a “fazer a sua camara”, isto é, a convocar eleições para as ganhar. O ano de 1879 foi assim de permanente campanha, e foram marcadas novas eleições para Outubro. Contrariamente ao Outubro de 1878, os progressistas estavam agora no poder, mas a incerteza de defrontar um partido que tinha clientelas estabelecidas quase há dez anos, obrigou-os a repetir o tom empenhado e quase radical nas duas principais cidades. No Porto, tratava-se de conservar o voto industrial. Mariano, que não entrara para o governo, preferindo ficar como deputado, tratou de manter acesa a chama numa das últimas sessões do parlamento que ia ser dissolvido.

²⁸ *Relatório apresentado...*, pg. 214-15.

²⁹ Todas as estatísticas eleitorais sobre os resultados das eleições de 1878 e 1879 foram, à excepção das relativas ao partido socialista, transcritas de *O Comércio do Porto*, 14 e 15/10/1878 e 20, 21 e 22/10/1879.

Não póde um paiz pequeno ter a pretensão de ser livre-cambista, porque seria nada menos que ir direito à sua ruina (...) Desejaria que no interregno parlamentar que vae seguir-se, em que vae tratar-se da reforma da pauta, assumpto que reputo urgente, porque não podemos estar sujeitos à pauta de 1852, mais ou menos alterada ou mutilada! Desejaria, digo, que se tratasse da situação da nossa indústria.

*Não morro de amores pelas grandes fabricas em que se accumulam duzentos, trezentos e quatrocentos operarios, que em geral não são a melhor escola de bons costumes; e entendo que merecem séria atenção as indústrias do nosso paiz, que os operarios exercem em sua propria casa, ao lado de seus filhos, as quaes devem ser resguardadas, porque da sua queda resultaria a ruina completa de muitas povoações importantes do paiz*³⁰.

Não pode haver dúvidas de que esta preocupação pelas indústrias “que os operarios exercem em sua propria casa” estava já a preparar o seu regresso ao círculo oriental.

A recessão desse verão jogou a favor dos progressistas. Desta vez, nem o industrial que um ano antes se tinha proposto pelos regeneradores julgou oportuna a sua candidatura, apesar de se esforçar por conservar o eleitorado manufactureiro no seu partido. Num comunicado que publicou no próprio órgão progressista, *O Primeiro de Janeiro* (para provavelmente ser lido por mais industriais), repetia que

A questão pautal é para mim a mais grave de todas que se podem levantar no nosso parlamento. Queria eu que a classe industrial do Porto confiasse a um dos seus membros a defeza de tão legítimos interesses

mas

*Se eu me apresentasse novamente aos eleitores... seria para realisar o mesmo programma... seria a occasião opportuna? Pareceu-me que não*³¹.

³⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 17/6/1879.

³¹ GONÇALVES, Joaquim António — “Aos eleitores do circulo oriental do Porto”, in *O Primeiro de Janeiro*, 9/10/1879.

E tanto não era que desta vez a diferença de Mariano subiu para 376 votos e as listas progressistas ganharam por mais de 3000 votos: 67% das listas entradas.

A Extensão do Sufrágio

Mas o que significava exactamente o voto da indústria? Em 1878 e 1879 os industriais deram-no aos progressistas; e os operários?

Foi precisamente a partir das eleições parlamentares de 1878 que o voto operário começou a ser significativo. Até então, vigorava o voto censitário. Para se ser eleito era preciso, para além, claro, de se ser maior e do sexo masculino, ter uma renda anual de 100\$00, o equivalente a ganhar acima de \$320 por dia. Se nos lembrarmos de que o salário médio das famílias dos tecelões manuais andava pelos \$250 em 1881, percebe-se como esta restrição deveria excluir politicamente toda a classe operária do Porto, salvo os oficiais qualificados de alguns ramos.

A lei de 8 de Maio de 1878 alargou o sufrágio a todos os alfabetizados e aos que “há mais de um ano vivem em comum com qualquer seu ascendente, descendente, tio, irmão, ou sobrinho, ou com sua mulher provendo aos encargos da família”³². Como diz P. T. Almeida, tratava-se ainda de uma restrição censitária formulada de outro modo, pois para se ser chefe de família era suposto ter-se rendimentos não muito inferiores aos que a legislação anterior requeria. Mas também é preciso ter em conta que, em muitas famílias das classes trabalhadoras, e especialmente no Porto, como se viu, as mulheres e os filhos eram igualmente assalariados, o que significa que se podia ser “chefe de família” com muito menos. O facto é que o número de recenseados teve entre 1877 e 78, um aumento de 72%, e que passou a representar 70% da população masculina adulta, em vez de 40%. No Porto, o número de novos eleitores subiu proporcionalmente menos que a nível nacional. Passou de 34 para menos de 50% dos homens adultos, e, julgando pelos dados de 1882 e 1883, a inscrição de novos eleitores ao abrigo da categoria “chefes de família” foi baixa - respectivamente 16% e 6,5%³³. No total nacional, quase metade desses novos eleitores tinha invocado essa cláusula.

³² *Lei de 8 de Maio de 1878* — citada por ALMEIDA, P. T., *op. cit.*, pg. 35/37.

³³ Os números relativos à participação eleitoral foram extraídos dos quadros elaborados por ALMEIDA, P. T. de — *op. cit.*

Uma das possíveis explicações desta discrepância está nas condições em que se efectuava o recenseamento, que não eram iguais para todos. Os funcionários públicos, por exemplo, tinham uma inscrição automática, mas para os restantes era facultativo e exigiam-se provas documentais que certamente fariam afastar muitos daqueles que só poderiam invocar serem “chefes de família.” Quando algum destes tomava por si a iniciativa de se recensear, estava já a dar provas de uma elevada consciência política. O partido socialista chegou a fazer propaganda exclusivamente para as campanhas de recenseamento e atribuía justificadamente importância a estes trabalhos, pois sabia-se que quem dominasse as comissões de recenseamento “*obtinha, ipso facto, o recenseamento que queria, e, portanto, a vitória em todas as eleições subsequentes*”³⁴. Conhecendo-se o peso que o caciquismo tinha no mundo rural, pode admitir-se que uma boa parte destes novos eleitores fosse recenseada por pressão dos influentes locais. Nas cidades, a percentagem de inscrições mais baixa poderá significar uma menor manipulação sobre o corpo eleitoral.

Contudo, um dos factos que mais impressionou certos observadores em 1878 foi a pouca importância dada à nova legislação eleitoral. “*A sessão (legislativa) de 1878 viu debater-se, ou antes votar-se sem debate, uma tal lei eleitoral e uma reforma administrativa no meio do silêncio geral da imprensa, ocupada a discutir os caracteres dos políticos, e do povo ocupado a trabalhar e a divertir-se*”³⁵. Oliveira Martins explicava isso pela “*indiferença do povo pelas questões políticas*”. Uma comparação dos graus de participação eleitoral, sugerida pelo trabalho inovador de P. T. Almeida, talvez ajude a concretizar o problema.

No Porto, essa participação, isto é a percentagem de votantes relativamente aos eleitores, foi, nas seis eleições anteriores à de 1878, de 54%. Nas duas primeiras eleições sob a nova legislação, passou para, respectivamente, 66 e 60%. A participação média dos votantes *nacionais* do período entre 1868 e 1874 (as mesmas seis eleições) comparada com 1878 e 1879 revela uma oscilação muito menor — variou apenas entre 61,5 e 64,9%. Aumentos de 12 e 6% comparados com outros de 2 e 3,4% poderão indicar uma diferença de comportamentos eleitorais entre a cidade e o campo.

³⁴ ALMEIDA, P. T. de — *op. cit.*, pg. 43.

³⁵ OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — *As eleições*, Lisboa, 1878.

Quadro 8 — Participação eleitoralFonte: Almeida, P. T. — *Eleições e Caciquismo*, pgs. 143 e 145

ANOS	PORTUGAL			CIDADE DO PORTO		
	ELEITORES	VOTANTES	%	ELEITORES	VOTANTES	%
1868/1874	401.089	246.712	61,5	8.290	4.491	54
1878	824.726	523.929	63,5	14.058	9.327	66
1879	831764	539.915	65	14.073	8.502	60

Se a proporção dos votantes na totalidade do país (essencialmente rural) não se alterou significativamente depois da extensão do sufrágio, então há razões para crer que o voto mais numeroso - o das populações não-urbanas — se comportava da mesma forma, independentemente do seu volume. Por outras palavras, que o caciquismo prosseguia. No Porto (e decerto que também em Lisboa) algo de diferente se estava a passar quanto à motivação política porque os novos eleitores votavam mais. As alterações quantitativas iriam ser também qualitativas, como a opinião conservadora receava?

Os Operários e a Política

Uma cidade em que um terço da população eram operários, em tempo de baixa de salários e desemprego crescente, e que pela primeira vez se encontravam quase com o sufrágio universal, deveria dar grandes votações ao partido socialista. Contudo, não se pode esquecer que à escala distrital (e não há razões para supor que na cidade fosse diferente) metade deles nunca poderia contar por serem mulheres e menores. Ainda assim, se a outra metade desses 37.000 operários da cidade se tivessem recenseado e votado, seriam 18.500, isto é, o dobro de todos os votos entrados, quer em 1878 quer em 1879!

Este cálculo é totalmente fantasioso mas tem a lógica que norteou a política do partido socialista no quase meio século seguinte e que foi referida atrás, na introdução. O mesmo excesso de braços que no mercado fazia a fraqueza da classe ao desvalorizar o seu preço podia transformar-se em força se posto a funcionar nas urnas. Para o partido, a grande tarefa seria pedagógica, visando apressar a classe a tomar consciencia deste facto simples. Depois das terefas de organização, tinha que provar que a classe deveria confiar em si própria, tanto nos conflitos industriais como na urna.

Os operarios que organisaram em Portugal o movimento socialista não terminaram ainda a sua missão; teem de... mostrar com factos a possibilidade de acção dos trabalhadores como classe e como partido ³⁶.

Nem sempre a ideologia era tão optimista. Da realidade de uma classe obrigada a vender o seu tempo de trabalho nas piores condições também se podia tirar uma imagem de incapacidade para conseguir autonomia em relação aos seus compradores.

O proprietario (industrial) é para elle um idolo, um deus; as suas palavras são escutadas com religiosa attenção e, no meio de tanta cegueira, nem ao menos se recorda que esse mesmo homem a quem presta um culto de veneração e respeito o tem já expulso centenaes de vezes e readmittido outras tantas... ³⁷.

Mas tal como nunca apareceram os 18.500 votos também não se podem exagerar os efeitos do caciquismo. Foram vários os factores a influenciar as votações operárias em 1878/79.

A) — A reforma das pautas foi um deles. Nestes anos, como vimos, o partido progressista apresentava-se como o defensor desta reivindicação, comum a patrões e operários. Nem o partido socialista a punha verdadeiramente em causa.

O melhoramento para os operarios, no caso de haver protecção, não é grande; havera, talvez, um pequeno augmento de salario, e consequentemente um estado ainda mau, é verdade, mas alterado um pouco e por algum tempo ³⁸.

Sobre isto, tudo o que os socialistas podiam fazer era denunciar as faltas de cumprimento das promessas feitas pelos políticos progressistas. Quando, já depois de eleitos, Mariano e o seu governo progressista começaram a dar indícios de subalternizar de novo o mercado interno (neste caso nas colónias), o órgão do partido no norte escrevia:

³⁶ *O Protesto*, n.º 64, Novembro de 1876.

³⁷ *O Operário*, n.º 14, 24/8/1879.

³⁸ *O Operário*, n.º 26, 16/11/1879.

O que parece todavia incrível, é que tão facilmente esquecesse o deputado pelo circulo do Bonfim as palavras que proferiu no meeting em que pela primeira vez falou no Porto, affirmando que entendia ser necessário fomentar o progresso das industrias nacionais. Pois o governo progressista, que recebeu o apoio da maxima parte dos trabalhadores, está agradecendo dizendo que os operarios portugueses são ignorantes³⁹.

Esta defesa da “industria” seria retomada, em várias ocasiões, mais intensamente pelos operários que pelos patrões. Em muitos dos casos não se tratava apenas de defender os “bens escassos” que eram os postos de trabalho ou de impedir novas descidas de salários. É que, com um capital de composição orgânica baixa, havia em certos ramos - nomeadamente no maior deles, no do algodão — uma transição relativamente fácil de assalariado a empregador.

Que o operario compre o fio e venda o tecido, ou que trabalhe por tarefa e por conta do fabricante, o resultado vem a ser o mesmo, sob a forma de lucro ou sobre a forma de jornal. Os mais activos, mais economicos e mais felizes formam pequenos nucleos de officinas em que tem companheiros seus trabalhando por tarefa, e n’esse caso compram o fio e vendem o tecido. Os mais pobres trabalham sós por conta do fabricante. À maneira que um dos primeiros vai enriquecendo, vai abandonando o trabalho, multiplicando as oficinas que lhe dão lucros mais commerciaes do que propriamente fabris⁴⁰.

Vimos atrás que a dimensão média das pequenas oficinas era de cerca de 6 operários e que acontecia frequentemente que o patrão trabalhasse ao lado destes. Não deve admirar que uma das resoluções do 1.º congresso do P.S., em 1877, tenha permitido “*que os mestres e donos de officinas que quizessem pertencer às nossas associações adherissem ao partido socialista, ou se filiassem na secção de officios varios da Associação dos Trabalhadores*”⁴¹. Se a produção capitalista ia

³⁹ *Ibidem.*

⁴⁰ *Relatório apresentado...*, pg. 216.

⁴¹ *O Protesto*, n.º 78, Fevereiro de 1877.

proletarizando muitos artesãos independentes, também ia promovendo alguns operários a pequenos patrões: um dos mais conhecidos militantes socialistas desta altura, Eduardo de Carvalho e Cunha tornar-se-ia anos depois um activo industrial têxtil, igualmente conhecido na Associação Industrial Portuense.

Nas condições de submissão formal do trabalho ao capital, a mobilidade social rápida — ascendente ou descendente podia entrar durante bastante tempo a formação de uma consciência de classe. Os temas da ascensão social e da sociedade dividida entre interesses do trabalho (de patrões e operários) contra os parasitas, que os filantropos das décadas de 50 a 70 repetiam, não tinham sido ainda completamente superados pela realidade⁴².

B) — O radicalismo verbal dos partidos da oposição era outro factor. Se nas reivindicações pautais era fácil esquecer a oposição entre industriais e operários, mais facilmente isso se daria se acontecesse através de um partido com um ar populista, como o dos progressistas nestes anos. O P.S. conhecia bem os perigos que daí lhe vinham. Falando dos partidos monárquicos, *O Operário* escrevia:

Muito de proposito não fallamos logo no partido regenerador, porque se dá com elle um caso que o torna excepcional... Se o partido regenerador é de facto o que as oposições denominam partido do rei, melhor para a nossa causa, porque os trabalhadores sabem logo quem se lhes apresenta; porque, se elle é nosso inimigo, tem sobre os outros a grande vantagem de ser inimigo leal e franco, poque se mostra tal como é, não precisando de sophismas mais ou menos habeis... Agora do que é preciso acautelar é dos partidos que se dizem do povo... É verdade, e é isso que tem atrahido ao partido progressista uma certa sympathia das classes populares; é verdade que o partido progressista tem no seu programa principios que pertencem aos partidos democratas, e foi por isso que o mesmo partido se justificou do título que começou a tomar de partido do povo⁴³.

⁴² SÁ, Victor de — *Formação do movimento operário português*, Coimbra, Centelha, pg. 21.

⁴³ *O Operário*, n.º 1, 25/5/1879.

Assim, em 1878, uma das novidades usadas para conseguir votos operários foi o Centro Eleitoral União Operária Portuguesa. Em Julho tinha havido uma reunião da “*classe artística*” na rua de S. Victor “*com o fim de se combinarem a resistir todos os meios de pressão ou sedução que se empreguem para os desviar de votarem segundo a sua consciencia, inspirada pelo bem geral do paiz*”⁴⁴. Algumas semanas antes das eleições, ficou mais claro contra quem resistiam. Nas sessões de Outubro, o Centro explicava que “*nada tem com outro que existe denominado Centro Operario, que se apresenta com ideias socialistas*” e que este centro, o União, trabalhava para a eleição de Mariano de Carvalho.

Sabe-se que, com outros nomes, existiu desde 1875 uma organização “*cujas doutrinas um tanto avançadas levaram grande numero de operários a filarem-se nella*” e que prometia proteger os membros no desemprego, promover a instrução e estabelecer creches e asilos.

*Mas, coisa notavel! apesar da belleza aparente de taes promessas, os operarios não teem corrido a associar-se, como da primeira vez e isso traz seriamente descontentes aquelles philanthropicos protectores da classe operaria*⁴⁵.

Isto escrevia o jornal socialista em 1876, mas esta satisfação pela sua progressiva perda de credibilidade não deve obscurecer o facto de que houve bastantes trabalhadores, e até trabalhadores socialistas, lá filiados. Eduardo de Carvalho e Cunha foi um deles, e ao sair pôde até testemunhar “*que a maioria dos seus membros me merece toda a consideração*”⁴⁶.

As aparições intermitentes deste Centro duraram até 1878 e, estranhando a sua ausência na campanha de 79, os socialistas sentenciavam: “*afinal o que se veio a perceber é que a dicta comissão era composta de assalariados pagos por alguns membros do partido progressista, e é este o tal partido do povo*”⁴⁷.

Não se conseguem quantificar os votos que o Centro conseguiu, mas, em todo o caso, isto representava algo de diferente: a preocupação de captar eleitores operários que não se conseguiriam manobrar apenas com os métodos habituais do clientelismo e para os quais se tornava necessário usar de uma certa sofisticação política. Era nesta pequena faixa de eleitores politizados que o partido socialista se tentava apoiar e agora até esta se via obrigado a disputar com os progressistas. É provável

⁴⁴ *O Primeiro de Janeiro*, 11/7/1878.

⁴⁵ *O Protesto*, n.º 70, Dezembro de 1876.

⁴⁶ *O Protesto*, n.º 74, Janeiro de 1877.

⁴⁷ *O Operário*, n.º 10, 27/7/1879.

que, se a evolução do capitalismo português tivesse consolidado uma aristocracia operária e se o partido progressista tivesse permanecido como eterno partido de oposição, esta aristocracia viesse a formar a sua “cauda” operária, um pouco como a dos liberais ingleses. Porém, o facto de esforços como este do Centro terem sido abandonados pelos partidos rotativos, depois de um curto tempo de experiência como foi o das primeiras eleições com a nova lei, diz bem da fraqueza deste tipo de eleitorado operário e da facilidade com que os velhos métodos de persuasão continuaram a ser julgados eficazes para a grande maioria. Mais tarde, será o partido republicano, o partido da oposição permanente até 1910, o único a competir com o P.S. neste estreitíssimo terreno do voto operário “qualificado”.

C) —A característica mais visível do eleitorado operário era, no entanto, o seu alheamento tradicional diante dos rituais eleitorais. Durante meio século, só tinha podido presença-los de fora, e não tinha ganho ainda o hábito de os ver como um prolongamento das outras formas de conflito. Nas épocas pré-industriais, os motins eram praticamente as únicas oportunidades de as classes populares aparecerem na vida pública, e, claro está, nada podia ser mais efémero e irregular. Os novos tempos exigiam que as reivindicações se canalisassem por outras vias, mas que isso estava longe de adquirido percebe-se pelo tom de preocupação com que o *O Operário* prevenia:

*A época que atravessamos é má para todos, mas muito mais para nós, operarios, estamos em lucta com a falta de trabalho, soffremos grandes baixas nos salarios, augmentos exorbitantes nas rendas de casa, enfim vivemos desgraçados. Em outro tempo, em identicas circumstancias, movia-se uma arruaça. A fé que outr’ora o povo ainda tinha de chegar a ser feliz... bem sabiam aproveitall-a os bandidos politicos. Das arruaças nunca o povo tirou proveito algum*⁴⁸.

A espontaneidade da arruaça tinha como reverso, no resto do tempo, a passividade política, ao passo que os conflitos industriais obrigavam à aprendizagem da luta em organizações permanentes.

Contudo a abstenção não caracterizava apenas os operários com

⁴⁸ *O operário*, n.º 11 — 3/8/1879.

poucas ou nenhuma opiniões políticas, mas, estranhamente, também aquela minoria que, segundo os militantes do partido, a tinham em excesso. Eram esses que Oliveira Martins interpelava:

*Perguntaremos pois: Entendem os operarios do Porto que lhes convém mais abster-se da política? Não entendem por que votaram com os partidos constitucionais. Ou entendem que abstenção como partido é a única política a seguir pelos socialistas?*⁴⁹.

Gneco era menos compreensivo:

*Dos que se absteem de votar, direi que são o sustentaculo consciente de toda esta podridão. São mais corruptos que os corruptos — folgam e riem com a vista e a analyse da corrupção!*⁵⁰.

A corrente que depois se consolidará com o anarco-sindicalismo encontrará aqui alguns antepassados, mas, como veremos, nesta altura não existia nenhum pensamento abstencionista sistematizado. Não se pode confundir a distância que muitos adversários do rotativismo gostavam de exhibir — o “*blazonar-se de não votar*”, como dizia Oliveira Martins — com uma tática política estruturada. E de qualquer forma, convém lembrar que, ao falar dos abstencionistas dentro dos operários politizados, estamos a falar de uma minoria dentro de uma minoria.

D) — Com os casos anteriores, estamos ainda no campo das atitudes políticas voluntárias. Mas havia também o famoso caciquismo, alvo privilegiado de toda a *intelligentsia* política oitocentista. O termo não se usava ainda em 1878/79 (parece que se divulgou só a partir das duas últimas décadas do século) mas a realidade é que já existia há muito⁵¹.

A literatura e as memórias do século XIX dão muitos exemplos de manipulação dos eleitorados no campo, mas não nas realidades urbanas e assim a complexidade deste fenómeno está ainda por determinar. Sabe-se que se manifestava tanto positiva como negativamente, isto é, quer com promessas, quer com ameaças.

⁴⁹ OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — “As Eleições”, in *O Protesto*, n.º 169 citado por NOGUEIRA, César — *Notas para a História do Socialismo em Portugal (1871-1910)*, Portugália Ed.

⁵⁰ *O Operário*, n.º 15, 31/8/1879.

⁵¹ O trabalho inovador, já várias vezes citado, de P. T. de Almeida, dá uma interessante etimologia dos termos pejorativos eleitorais — *op. citada*, pgs. 129-131.

Se passarmos para a situação concreta dos operários do Porto destes anos, e para os mais numerosos, os tecelões, facilmente se compreenderá que a baixa dos salários e o desemprego os tinha colocado numa situação em que não seria preciso prometer-lhes muito. O jornal socialista descrevia em Agosto de 79 o desespero dos trabalhadores que recorriam à mendicidade, esperando pelo cair da noite. Em 30 desse mês, cinco fabricantes de cotim (um tipo de tecido de algodão) sem trabalho foram pedir auxílio ao diário progressista mais influente, *O Primeiro de Janeiro*, e de facto, não tardaram a ser socorridos por dois industriais.

*Pobres operarios! — comentava o jornal do P.S. — Mas ao menos o sr. Lobo ouviu-os com atenção e soccorreu-os, dando-lhes do seu bolso alguma coisa com que podesse.. illudil-os.. E o sr. Pedro Joaquim Martins advoga(n) do com interesse a causa dos operarios?.. No entanto na sua fabrica explora como todos.. Estão as eleições à porta*⁵².

A própria autoridade patronal podia bastar para indicar o sentido do voto, sem pressões directas. Na campanha de 78, numa sessão de propaganda na praça da Flores, um dos oradores foi um dos mais conhecidos industriais do círculo oriental, Carneiro de Melo. Pelo Inquérito de 1881, sabe-se que nesta altura tinha, como tantos outros “fabricantes”, assalariados dentro e fora da fábrica. Fora, empregava 280 teares, 50 dos quais no exterior da cidade. Na fábrica, tinha 68 operários, metade homens e metade mulheres. Entre os seus congéneres, este antigo operário, agora comendador, passava por um patrão modelo - pagava aos homens na fábrica uma média de \$500 e às mulheres \$210. Considerando que o salário médio masculino nas fábricas (englobando, além dos tecelões, várias profissões, como os tintureiros, cardadores, etc.) andava pelos \$342 e o feminino pelos \$170 e que Carneiro de Melo pouco os concorrenciava com o trabalho infantil, era escusado dizer, como o fizeram os relatores do Inquérito, que havia “*empenhos para preencher qualquer vaga*”. Mas percebe-se facilmente como as suas sugestões eleitorais deveriam ser bem escutadas. Na sessão progressista, o seu filho tornou claro que

⁵² *O Operário*, n.º 15, 31/8/1879.

*eram puras callumnias o que se andava espalhando acerca d'elle e seu pae serem regeneradores... e auctorisava os seus operarios presentes a faserem conhecida dos outros esta sua declaração*⁵³.

Os operários presentes responderam-lhe com “repetidos vivas” e não se pode duvidar que largas dezenas de votos foram nesse instante assegurados para a lista progressista.

Convém referir aqui que um aspecto técnico do escrutínio destes anos (e da I República) dava toda a eficácia a estes “recados” — a ausência do segredo de voto. As listas (boletins de voto) com os nomes impressos dos candidatos de cada partido eram distinguíveis entre si e distribuídas a cada eleitor “*não raro à porta das assembleias de voto*”⁵⁴. O controle dos galopins não poderia ser mais fácil.

Claro que o peso desta influência patronal também variava e era tanto mais sentido quanto a inferioridade negocial operária fosse maior. Numa situação de uma maior equilíbrio de forças, por exemplo, perante oficiais de formação mais complexa, e portanto menos fáceis de substituir que os tecelões, podia ser contrariado. Em Novembro de 1877, os fulistas da Real e Imperial Chapelaria a Vapor começaram a sua segunda greve desse ano, desta vez em protesto contra um novo regulamento e uma anunciada baixa salarial. Nas fábricas de chapéus, os fulistas eram a profissão mais bem paga. Em 1881, ganhavam \$708 por dia — 1,5 vezes mais que a média do sector. Embora fossem poucos, pois em fábricas com quase 200 pessoas o seu número representava em média apenas a quinta parte da mão-de-obra, a importância do seu trabalho especializado dava-lhes um poder reivindicativo invulgar, até porque por si só podiam paralisar as fábricas. Essa força foi sol de pouca dura, visto que a chapelaria seria um dos ramos onde a mecanização mais se fez sentir na década seguinte, mas em 1877 foi suficiente para que o patrão voltasse a ceder, acabando a greve com uma celebrada vitória na imprensa socialista. Ora, quase um mês depois, “*o Jornal do Porto deu, e as folhas de Lisboa, sempre promptas a explorar o gosto romantico no nosso publico... apressaram-se a transcrever*” a descoberta de uma conspiração dos fulistas “*cujos fins eram horrorosos*”.

⁵³ *O Primeiro de Janeiro*, 11/10/1878.

⁵⁴ ALMEIDA, P. T. de — *op. cit.*, pg. 68.

Estes operarios faziam as suas sessões de noite e em diversos pinheiraes afastados da cidade, e ali tinham resolvido assassinar alguns dos seus companheiros.. o mestre da fábrica (francez) e o snr. Costa Braga⁵⁵.

Na semana seguinte, *O Protesto* ridicularizava tudo: “A burguesia é ainda mais imbecil do que má... Em vez de tragédias, produz apenas safadas farças..” mas também dava explicações sobre a “safada farça”:

Como é sabido.. a gréve que os chapelleiros fulistas da fabrica Costa Braga sustentaram.. lançou o industrial no mais vivo desespero.. Mais tarde, deu-se ainda uma circunstancia — os fulistas da fábrica Costa Braga, não quizeram, na sua maior parte, concorrer á urna em favor de S. Ex.^a e, se bem que os votos d’aquelles operario(s) o não privassem de ser hoje um dos vereadores do municipio portuense, nem por isso deve ser menor o seu despeito⁵⁶.

O episódio mostra que os fulistas ainda eram suficientemente fortes para ganhar duas greves num ano e para votarem como queriam; mas também se deduz que a sua atitude eleitoral nas municipais deve ter fugido ao habitual, pois de outro modo não haveria “despeito” e perseguições, das quais a que refere a notícia do *Jornal do Porto* não foi a maior. Basta dizer que, quatro anos depois, Costa Braga já tinha organizado de tal forma o trabalho na sua fábrica que, em vez de 60, já só empregava 35 fulistas⁵⁷!

O partido socialista tentava desacreditar esta autoridade patronal mas não podia anular o peso das relações de produção.

Os operarios de todas as artes estão na miseria, especializando os tecelões, e os industriaes d’este ramo acham-se filiados quasi todos no partido progressista. Elles são protectores dos artistas e todavia, os operarios estão na miseria. Todavia nós sabemos qual é a protecção que elles dispensam, elles, os industriaes progressistas e o governo na pessoa dos seus governadores; chamam os operarios sem trabalho às repartições da auctoridade, este promete-lhes trabalho, e aquelles dão-lhes esmolas⁵⁸.

⁵⁵ *O Protesto*, n.º 124, Dezembro de 1877.

⁵⁶ *O Protesto*, n.º 125, Janeiro de 1878; sublinhado do autor.

⁵⁷ *Relatório apresentado...*, pg. 263.

⁵⁸ *O Operário*, n.º 16, 7/9/1879.

De facto, não eram só os industriais a garantir e a prometer empregos. Para os tecelões desempregados, os trabalhos nas obras públicas seriam sempre um expediente à mão dos governos civis. Mas também as isenções do serviço militar, considerado um verdadeiro desastre para os membros das famílias trabalhadoras que não tinham a sorte de ficar isentos, serviam para muito nestas alturas. Os diversos jornais do rotativismo tanto denunciaram cruzadamente este tipo de favores num ano com dois governos que o jornal socialista se limitou a dizer: “*Não precisamos de nos dar a grandes trabalhos para termos conhecimento das miserias, commettidas pelos governos*”⁵⁹. A nível nacional, os dois maiores escândalos das eleições de 78 foram o das obras públicas no Algarve, em que o trabalho nas estradas públicas foi condicionado ao juramento de voto, e a inspecção médica de Vila Nova de Famalicão, em que de 108 recrutas se apuraram 3⁶⁰!

Nas cidades, diga-se em abono do caciquismo, que, mais do que a ameaça, a promessa e os pagamentos pareciam ser a sua faceta mais visível. Gneco admitia que:

*É triste e vergonhoso para os proletarios, o dizer-se que vendem o voto por alguns tostões, e por menos ainda; mas é incontestavelmente verdade... Não duvido que, em alguns casos, o eleitor se veja coagido, porque o desaforo dos influentes não tem limites; mas, a maior parte das veses, o eleitor podia deixar de votar às cegas, ou contra a sua consciência*⁶¹.

Para ter alguns pormenores do que se passou na campanha de 1879, veja-se a versão de *O Operário*, que, apesar de partidaria, só deve afastar-se da realidade por defeito.

Relatemos.

Em alguns tabernas do Bonfim foram encurralados dezenas e dezenas de homens, com proibição expressa de sahir á rua antes da hora suprema da eleição. Ahi lhes era servido gratuitamente tudo o que pôde servir para corromper e viciar um chefe de família, se esses homens verdadeiramente indignos não estivessem já corrompidos, a ponto de acceitar esses estupidos offerecimentos...

⁵⁹ *O Operário*, n.º 8 — 13/7/1879.

⁶⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 30/7/1878 e 15/9/1878.

⁶¹ *O Operário*, n.º 15, 31/8/1879.

Mais;

As companhas dos pescadores de Valbom, foram offerecidas algumas libras para partirem para o mar, afim de os seus votos não darem força ao partido contrario; foi accete o offerecimento e os pescadores partiram. No meio do mar são atracados por uma embarcação, e ahi recebem mais dinheiro para correrem immediatamente á urna!

Ainda mais;

Durante os ultimos dias da semana finda, immensos grupos de operarios eleitores vagueavam pelas ruas da freguesia do Bonfim, armados de cacetes, fasendo uma algazarra inaudita, a ponto de alterarem a ordem publica diferentes vezes. Esses desgraçados foram arrancados ás suas officinas pelo offerecimento do duplo das suas férias em troca dos seus votos. (...)

Mais ainda: à porta de uma das assembleias eleitoraes foi agredido e preso em flagrante um vereador do Senado portuense, pelo facto de ser encontrado a comprar a consciencia dos eleitores. Não prossigamos⁶². (...)

Uma das coisas que ressalta deste relato, apesar do tom indignado dos seus autores, é a familiaridade com que tudo isso era descrito. O jornal do P.S. já tinha antecipado muito do que depois veio a descrever, e, uma semana depois das eleições, até dava as estimativas dos custos destas operações.

Perto de cincoenta contos de reis foi a quantia que custou aos dois partidos a lucta eleitoral no circulo do Bonfim. Ahi está a vergonha⁶³.

E Gneco calculava mesmo uma média:

Em geral o deputado compra o lugar que occupa. É seu. Custou-lhe o seu dinheiro... Gastou cinco ou mais contos de reis para ser elleito; o povo bebeu-os de vinho ou satisfaz com elles outros appetites⁶⁴.

⁶² *O Operário*, n.º 23, 26/10/1879.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *O Operário*, n.º 15, 31/8/1879.

Não é possível atribuir ponderações a estes diversos factores que explicaram o voto operário no partido progressista durante estes dois anos. Houve um arrastamento de parte da classe, mais politizada, pela questão pautal e pelo radicalismo da retórica progressista; houve operários pressionados pelos patrões e também os que, como dizia Gneco, se vendiam “por alguns tostões”. Mas é inegável que, pela primeira vez nestas duas eleições, se sentia que estava constituído um eleitorado popular a justificar maiores gastos, quer em dinheiro, quer em manobras eleitorais.

Não nos enganámos quando dissemos que os actos de pressão e corrupção que se haviam de praticar no domingo excederiam os que se tinham anteriormente cometido para obter um eleito do povo...⁶⁵.

Oliveira Martins era da mesma opinião, fazendo o balanço dos anos 1876-78:

...progredimos no sentido em que vão levadas as sociedades nossas contemporaneas. O primeiro marco d’este progresso vio-se quando ha annos se generalisou em Lisboa, no Porto e nas provincias, com geral applauso, o jogo das bolsas... O segundo vio-se agora que o dinheiro resolveu decididamente entrar sem rebuço na scena política. Este é o traço particularmente novo das eleições d’este anno, e a meu vêr o symptoma social mais grave⁶⁶.

O P. S. nas Eleições: Os Resultados

Mesmo com estas condições adversas, a missão pedagógica que o partido se tinha imposto obrigava-o a participar, para se fazer sentir e dar que pensar. Pouco importava que esta participação fosse quase simbólica:

Eu pertenço, dizia Gneco, a um dos circulos de Lisboa aonde ha menos filiados, julgo mesmo que o partido só tem n’elle dois eleitores; pois apesar d’isso não ha eleição publica, a que eu possa concorrer, que lá não vá deitar a

⁶⁵ *O Operário*, n.º 23, 26/10/1879.

⁶⁶ OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — *As Eleições*, 1878.

minha lista levando o nome d'um socialista. Muitas vezes as mezas nem contam o meu voto, por facciosas que são; mas não importa, esse mesmo facto provoca discussão, e quando não produza mais, estabelece no espirito d'alguns perguntas como estas:

— Na freguezia dos Anjos existe um socialista, existirão mais n'outras freguezias? — O que será o socialismo, será o incendio, o assassinato, o roubo, como por aí dizem, ou será outra coisa?⁶⁷.

A primeira vez que o partido tinha apresentado uma lista fora para as municipais de Lisboa, a 15 de Novembro de 1875, em que conseguira mais de uma centena de votos. Mas essa lista não era verdadeiramente representativa, e, nos três anos seguintes, tornou-se visível alguma hesitação: levar uma força política tão promissora mas tão desacompanhada aos testes viciados das urnas não seria desacreditá-la?

É natural que tenha sido essa a razão por que o partido se pronunciou contra a participação nas municipais de 1877. Mas no Porto, a evolução não foi tão simples. O Conselho Central,

considerando que o regulamento do partido determinara que este se faça representar no Parlamento e que o character ousado dos operários portuenses e a circumstancia de se celebrar no Porto o congresso de 1878 deram mais possibilidade de poder tentar a luta eleitoral naquela cidade primeiro que em qualquer outra povoação, resolveu que o Porto fosse o primeiro campo de acção do Partido, o que comunicou à União dos circulos 13 e 14 (os do Porto) e foi por ela aceite. Infelizmente, os nossos companheiros portuenses, que tinham de vencer grandes dificuldades para se desempenharem deste compromisso, foram, além disso, desviados dos seus trabalhos pelas greves que ultimamente se tem dado no Porto e não puderam cumprir a missão de que se encarregaram⁶⁸.

⁶⁷ O Operário, n.º 11, 3/8/1879.

⁶⁸ “Resumo Oficial das Actas do 2.º Congresso dos Operários Socialistas de Portugal”, in *O Protesto* n.º 142, Maio de 1878 — cit. por NOGUEIRA, César, *op. cit.*, pg. 76.

Alguns autores, como R. da Costa e M. Vilaverde Cabral⁶⁹, tiraram deste documento a conclusão de que teria havido no Porto uma oposição à entrada na luta eleitoral e que aí se dava prioridade ao que mais tarde se chamou a “acção directa”. Contudo, afirmar que na década de 70 os militantes operários se dividiram entre os partidários das eleições e os das greves é idealizar e antecipar a separação com o anarco-sindicalismo, que, além de não se colocar exactamente nesses termos, só aconteceu na década seguinte. Muitas coisas se poderiam dizer sobre esta concepção, mas, no que diz respeito aos anos de 1877 a 1879, o próprio documento e o episódio de que ele foi um dos elementos bastam para a pôr em discussão.

1) — Antes de mais, porque os operários “*desviados dos seus trabalhos pelas greves*” são os mesmos a quem o Conselho Central atribua um “*carácter ousado*”, qualidade que, juntamente com o facto de o congresso se realizar no Porto, era considerada um facto positivo para se sair da posição abstencionista.

2) — Não parece forçado pensar que a mobilização das greves tenha realmente impedido os membros mais activos de se prepararem para as eleições. Como se viu, e sobretudo antes da lei de 1878, as operações de recenseamento eram complicadas e muitos dos que se opunham aos partidos rotativos não estavam geralmente recenseados, até porque o partido só existia há dois anos. Já em Novembro de 76, *O Protesto* prevenia:

*É mesmo indispensável traçar o nosso plano antes da organização dos recenseamentos que hão de servir nas próximas eleições, e fiscalizar cuidadosamente a exactidão delles, porque os poucos operarios que podem ser elegíveis não estão recenseados como tal, e convém reclamar para que o sejam. Além disso, alguns dos nossos amigos que são eleitores não estão também recenseados, de fôrma que temos alguns votos perdidos...*⁷⁰

⁶⁹ COSTA, Ramiro da — *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 1.º vol., Assírio e Alvim, pg. 53-55 e CABRAL, M. Vilaverde — *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*, A Regra do Jogo, pg. 258.

⁷⁰ *O Protesto*, n.º 64, Novembro de 1876.

Estes “*amigos*” eleitores eram não-operários, e até com estes, como se vê, se tinha de perder tempo. Ora as greves de 1877 a que o documento do Conselho Central se refere devem ser as dos chapeleiros, que mobilizaram toda a organização socialista do Porto, e a última delas foi precisamente em Novembro, o mês das eleições municipais. Devia ser difícil aos trabalhadores que tinham toda esta militância fora do seu pesadíssimo horário de trabalho (os trabalhos de comissão *pagos* só aparecerão mais tarde e em poucas associações de classe) conciliar tantas tarefas.

3) — Foram os mesmos operários “*desviados... pelas greves*” quem no ano seguinte protagonizou um caso de excesso de zelo eleitoral.

Para as duas eleições de 1878, o conselho Central preferiu abastecer-se de novo “*por se acharam incompletos os trabalhos de organização*”. O congresso de Janeiro tinha votado a fusão da organização política com a sindical e “*Concorrer à lucta sem todos os meios de lutar seria rematada loucura*”⁷¹. Mas no Porto “*um grupo de operários conscienciosos*” lembrou--se de apresentar não oficialmente candidatos às legislativas de Outubro e propôs o tipógrafo Nobre França, da redacção de *O Protesto*. Era mais ou menos a situação do ano anterior invertida: em 77, o Conselho Central quisera empurrar os círculos do Porto, e estes não corresponderam; agora, que o conselho não estava à espera de nada, esses mesmos círculos forçavam a ida à urna, com grande cepticismo de Lisboa.

*Parece, portanto, inutil a lembrança dos nossos companheiros portuenses, ela é nobre, mas opõem-se-lhe mil obstáculos por parte da burguesia. Contudo nada se perderá nesta experiência...*⁷²

E não se pode argumentar que podia não se tratar das mesmas pessoas, isto é, que os que se opunham às eleições de 1877 não seriam aqueles que propuseram Nobre França. Pelo menos, um deles pode ser identificado e é bem paradigmático — Ermelindo António Martins. Foi realmente um dos grandes responsáveis pela primeira cisão anarquista nos anos 1880, mas em 1878 era nada menos que o secretário do Centro Eleitoral Operário, formado para apoiar os candidatos socialistas, e em 1879, chegou a ser candidato por um dos círculos de Lisboa.

⁷¹ *O Protesto*, n.º 152 — citado por NOGUEIRA, César, *op. cit.*, pg. 82.

⁷² *O Protesto*, n.º 164 — citado por NOGUEIRA, César, *op. cit.*, pg. 83.

A decisão de avançar com candidaturas em Outubro teve consequências para a unidade do partido, pois juntamente com Nobre França aparecia o nome de Oliveira Martins, “*então sem cor política*”. Parece que a iniciativa de incluir este último partiu de Gneco, “*acusado por alguns... no Conselho Central de ter escrito para o Porto uma carta recomendando a amigos dali Julio Maximo Pereira, que ia tratar da apresentação de Oliveira Martins como candidato industrial, por aquela cidade...*”⁷³. O caso foi grave, mas não é muito significativo do ponto de vista ideológico. A questão que se punha era esta: sabendo-se que o partido não podia concorrer para ganhar, mas para fazer propaganda, até onde se deveria ir para alcançar votos? Escolher Oliveira Martins valia a pena numa cidade em que o voto da indústria ia ser decisivo, visto que nesses meios o seu prestígio já era grande (e maior seria ainda quando depois fez parte da subcomissão do Inquérito de 1881). Mas Oliveira Martins não era membro do P. S. e a sua candidatura ia prestar-se a ser alvo das acusações progressistas de desviar o voto da Indústria e de “fazer o jogo dos regeneradores”. O debate, que levou à cisão do Conselho Central, à demissão de Gneco da redacção de *O Protesto* e a um corte provisório de relações entre a organização do Porto e a de Lisboa, tem muitas semelhanças com outras polémicas eleitorais, com a diferença apenas de esta se passar dentro do partido. Com efeito, entre os partidos anti-dinásticos eram habituais as acusações de se prejudicarem mutuamente quando um deles não se abstinha no(s) círculo(s) em que o candidato do outro se considerava forte. No ano seguinte, o P. S. e os republicanos terão uma questão dessas a propósito da candidatura de Ermelindo, acusada por estes últimos de ir diminuir a votação em Teófilo Braga e, desta vez, de favorecer os objectivos dos progressistas. Gneco talvez pensasse no exemplo de Rodrigues de Freitas, republicano que no Porto contava com o apoio dos progressistas. Em menor escala, não se poderia dar um fenómeno semelhante com Oliveira Martins e a cumplicidade dos regeneradores? Assim, talvez a discussão sobre a inclusão de Oliveira Martins revele apenas uma linha mais pragmática, alguns diriam oportunística, centrada à volta de A. Gneco, para quem a subida do número de votos era o principal, e uma outra mais ideológica, contrária aos acordos com os partidos “burgueses”. Mas ambas as atitudes não deixam de ser linhas políticas *eleitorais*. De qualquer forma, o “crime” de Gneco não compensou, e o partido não conseguiu tirar votos da indústria aos progressistas. De acordo com o comunicado do Centro, Oliveira

⁷³ FIGUEIREDO, Luís de — *Notas* — citado por NOGUEIRA, César, *op. cit.*, pág. 88.

Martins teve 30 votos no círculo ocidental e 7 no central (“listas inutilizadas” pois aqui não havia candidatos socialistas). Nobre França obteve 14 votos no círculo oriental; ao todo 51 votos, cerca de 0,5% das listas entradas. Apesar de já se esperar o pior, o partido deveria ter algumas expectativas. Oliveira Martins não conseguiu disfarçar a sensação de derrota:

As eleições do Porto provaram que havia 50 homens que, apesar das influências dos patrões e as tentações dos compradores de votos, souberam e quiseram guardar a sua honra e manter pura a sua dignidade. Prova isto; mas também prova, e infelizmente, que esses homens eram 50 apenas numa cidade onde há 2 000 ou 3000 operários fabris⁷⁴.

Mais tarde, saber-se-ia pelo inquérito que ele próprio conduziu (e a não ser que se estivesse a referir apenas ao número de operários recenseados) quanto o seu cálculo errava por defeito!

No ano seguinte, ou porque os trabalhos de reorganização tivessem acabado, ou para evitar os riscos de candidaturas não-oficiais, o 3.º congresso votou que “o Partido Socialista nunca mais se abstivesse de concorrer à luta eleitoral”. Gneco continuava afastado do Conselho Central e da redacção de *O Protesto* (órgão de Lisboa), mas colaborava activamente em *O Operário* (órgão do Porto) — seriam vestígios das desinteligências do ano anterior entre as duas organizações?

A escolha dos candidatos parece negá-lo, pois, a exemplo do que se repetirá frequentemente, nomes da secção do Porto eram propostos em Lisboa e vice-versa. Além de reforçar a coesão do partido, também tinha a vantagem de impedir que questões pessoais fizessem perder votos aos candidatos nos meios onde eram conhecidos — Gneco, por exemplo, dar-se-ia ainda pior em Lisboa que no Porto. Os resultados foram, no Porto:

- círculo 38 (Bonfim) — César da Silva — 18 votos;
- círculo 39 (Sé) — Azedo Gneco — 19 votos;
- círculo 40 (Cedofeita) — Oliveira Martins — 32⁷⁵.

⁷⁴ OLIVEIRA MARTINS, J. P. de — “As Eleições”, in *O Protesto* n.º 169 — citado por NOGUEIRA, César, *op. cit.*, pg. 85

⁷⁵ NOGUEIRA, César — *op. cit.*, pg. 103.

Como em Lisboa o partido se tinha abtido no ano anterior, só no Porto se podem comparar os resultados. O total de votos passou de 51 para 69 — de 0,5 para 0,8% —, e isto apesar de agora o partido concorrer nos três círculos, contra apenas dois em 1878. Oliveira Martins subiu *dois* votos, e, no círculo oriental, onde havia tantos tecelões, o P.S. conseguia 18 votos!

Os jornais “burgueses” podiam dar-se até ao luxo de contabilizar as listas socialistas na categoria dos “diversos”, isto é, juntamente com os brancos e inutilizados. De facto, apenas pelos jornais socialistas se pode conhecer exactamente a sua votação, porque a imprensa diária era sobre isso omissa.

Parlamentarismo e Anti-parlamentarismo no P.S.

O facto de um partido, cuja ideologia o tornava exclusivamente dependente das classes populares, não conseguir competir eleitoralmente no seu próprio terreno podia fazê-lo resvalar para um certo anti-parlamentarismo. A propósito desta eleição de 1879, *O Operário* escrevia:

Que vergonha! A que estado de desmoralisação chegamos. Tudo está fatalmente perdido se a mão vigorosa da revolução não impedir o desabamento. Quem ousará dizer que os eleitos e principalmente que o deputado eleito pelo circulo 38 é o representante da vontade popular?’’⁷⁶.

A insistência na corrupção (nos anos de 78/79, especialmente na de Mariano, eleito com os votos dos tecelões) e na ignorância dos operários, possuidores de “*um direito de que não sabem fazer uso*”, apareceu muitas vezes ao lado de críticas e até sátiras às instituições parlamentares. Só um exemplo, entre muito possíveis. Sobre a notícia dada pelo *Jornal do Porto* de uma das sessões da Câmara dos Pares, “*que quase tinha degenerado em algazarra*”, *O Operário* comentava:

D’ esta apreciação insuspeita tiram-se duas conclusões, a saber: que a camara dos pares não tem seriedade, o que vae sendo admirado, e que a dos deputados ja ha muito

⁷⁶ *O Operário*, n.º 23 26/10/1879.

*tempo que a não tem, o que não se admira... Aqui tem os leitores o que é a camara alta e a camara popular. Uma farçada. Nada mais... Não venham dizer que inventamos*⁷⁷.

No entanto, os meios de acção política extra-eleitorais só eram evocados a título de desabafo. Consolidado o aparelho de estado depois da Regeneração, o P.S. sabia que conspirações ou o que quer que fosse de golpismo só fariam o jogo dos seus inimigos. O episódio da Comuna de Paris era muito recente e o episódio dos atentados que deu pretexto à ilegalização do S.P.D. na Alemanha aconteceu exactamente em 1878. Além disso, como se viu atrás, o partido considerava que tinha a tarefa de educar politicamente a classe, fazendo-a entrar nos jogos eleitorais. Tudo quanto a desviasse para aventuras políticas, cuja direcção quase de certeza lhe escaparia, seriam passos atrás, e o que mais tarde se passou no 31 de Janeiro de 1891 confirmou esta orientação.

Simplemente, se não se podia sair da legalidade, também não se podiam aceitar os mecanismos eleitorais viciados e o que daí resultava. Voz heterodoxa dentro do partido, Oliveira Martins teve como reacção aos seus resultados de 1878 uma curiosa proposta de representação corporativa; não se podendo contar com o eleitorado sujeito ao clientelismo, os órgãos legislativos seriam parcialmente eleitos e parcialmente nomeados por organismos da sociedade civil.

Mas Oliveira Martins era de pouca confiança, quer como “socialista”, quer mesmo como “liberal”, e dificilmente o partido poderia aceitar uma solução fora do terreno do sufrágio universal. Para o P.S., tal como mais tarde para a II Internacional, a marcha da História era linear e progressiva. Os passos podiam ser pequenos mas eram irreversíveis, de maneira que não se podia deixar que o empirismo das aparências, isto é, as minúsculas votações iniciais, viessem pôr em causa uma caminhada que só precisava de tempo para se concluir.

Nós, os socialistas, tivemos apenas 130 votos em Lisboa, o que se para alguém quer dizer uma derrota para nós acentua uma vitória.

*Iria o Partido Socialista á urna com ideias de vencer?
...O que pretendiamos era iniciar a nossa política, marcar com um voto que fosse como um marco miliario a nossa situação excepcional. Isso conseguimos-lo: eis a nossa vitória*⁷⁸.

⁷⁷ *O Operário*, n.º 3, 8/6/1879.

⁷⁸ *O Protesto*, n.º 219, 1879 — cit. por NOGUEIRA, César — *Antero de Quental. Esboço para a sua bibliografia político-social*. Lisboa, Ed. de autor, 1950.

Se as instituições representativas no seu estado puro poderiam acabar por permitir que a classe trabalhadora chegasse ao poder, o que era preciso era levar o estado liberal às suas últimas consequências. As exigências dos partidos parlamentares de esquerda (da burguesia radical) eram não só compatíveis como indispensáveis à marcha do socialismo. Veja-se que uma das propostas do programa apresentado aos “*eleitores proletários*” dos círculos de Lisboa em 1879 era a eleição de uma câmara de delegados municipais a quem caberia depois a escolha anual do governo⁷⁹. Esta metamorfose do “estado burguês” em “estado popular” fazia-se levando simplesmente o primeiro à sua verdade, dentro do liberalismo, e não saindo dele.

Uma prova eloquente de como os socialistas distinguiam nas suas denúncias do parlamentarismo as questões de forma e conteúdo é o episódio que começou em Dezembro de 1879, menos de dois meses depois das eleições.

Por proposta de Ermelindo, a assembleia dos círculos do Porto resolveu formar um “parlamento operário revolucionário”. A ideia consistia em estabelecer uma réplica do parlamento de Lisboa, discutindo nele “*todas as propostas que forem apresentadas à câmara dos deputados ou à dos pares do reino*”. Seria a demonstração do que os socialistas fariam se tivessem deputados. Naturalmente que todos os operários que quisessem participar poderiam ser membros deste parlamento, que teria, tal como o outro, um regulamento interno. Para levar o paralelismo o mais longe possível, o parlamento operário deveria abrir no mesmo dia das Cortes — tradicionalmente a 2 de Janeiro — embora a segunda reunião preparatória tenha depois escolhido o primeiro dia do ano, por ser feriado.

Para a mesa da sessão inaugural foram nomeados o tecelão J. M. Pina, o ourives e redactor de *O Operário*, Bessa Carvalho, e o serralheiro Joaquim Pinto de Carvalho. Coube-lhes redigir a alocução, que constituiu em um protesto contra a existência da câmara dos pares e o modo como estes se nomeavam. A 4 de Janeiro, na sua segunda sessão, o parlamento operário discutiu o discurso da Coroa, que o rei tinha lido dias antes na abertura das Cortes. E, no número da semana seguinte, *O Operário* publicava um abaixo-assinado dos membros deste parlamento, protestando contra o juramento religioso e monárquico exigido aos novos eleitos da Câmara dos Deputados: era como se esta humilhação, que o deputado Rodrigues de Freitas lá ia resolvendo melhor ou pior, lhes dissesse directamente respeito!⁷⁹

⁷⁹ Citado por NOGUEIRA, César — *Notas para a história...*

⁸⁰ *O Operário*, n.º 30, 32, 33, 34 e 35. Dezembro de 1879 / Janeiro de 1880.

O que agora parece platonismo mostra bem como o P.S. (e alguns dos seus militantes como Ermelindo, que depois tomaram outros rumos) se preparavam para o exercício do poder dentro das instituições existentes.

Conclusão

Se voltarmos agora às alíneas iniciais, relativas às condições necessárias para que o partido socialista tivesse em Portugal um crescimento igual ao de outros países europeus, pode concluir-se que o grau de verificação destas alíneas variou e que cada uma delas mostrou tendências contraditórias.

A) — A classe trabalhadora constituía sem dúvida uma base de apoio suficiente para um partido socialista. No entanto, foi considerado unicamente o distrito mais industrializado e viu-se que a sua situação negocial no mercado de trabalho e a sua composição diminuía seriamente as suas capacidades de acção.

B) — Embora muito se pudesse esperar dos resultados da propaganda e de conjunturas mais favoráveis que a dos anos 1876-1879, havia muitos factores a desviar a classe de votar no seu partido de classe.

C) — As condições técnicas do sufrágio não impediram significativamente o sentido de voto desde 1878 até 1895, mas a evolução socio-política dos últimos anos da Monarquia e da República fez retroceder alguns desses avanços.

D) — As várias alterações constitucionais não tinham conseguido um parlamentarismo puro, e portanto havia etapas da construção do estado “burguês” que ainda não tinham sido percorridas.

Perceber por que razão em cada uma destas alíneas as tendências negativas acabaram por prevalecer sobre as positivas obriga a perspectivar não apenas a classe operária de uma cidade mas todo o desenvolvimento do capitalismo em Portugal. É fácil dizer hoje que a inferioridade do movimento operário português não foi senão o reverso da dependência do capital de origem nacional face aos seus bloqueios externos. Na época, não se tinha uma visão tão fatalista. Tal como a burguesia portuense se sentia suficientemente forte para organizar uma Exposição Universal no Palácio de Cristal — a terceira do mundo, se bem que em menor escala — não nos devemos admirar que a sua classe operária se tenha preparado para entrar em força na Câmara dos Deputados.